

Uso de métodos de avaliação participativa na revisão do Plano Diretor de Manhauçu

Autores:

Gabriela Tavares de Lanna Lage

Marcos Arcanjo de Assis

Maria Izabel Marque do Valle

Gisela Barcellos de Souza

Resumo Simples:

Os Planos Diretores são ferramentas fundamentais para orientar o desenvolvimento das cidades, abordando temas como uso do solo, mobilidade, infraestrutura e meio ambiente. Para que esses planos atendam de fato às necessidades da população, a participação social é obrigatória e deve ser efetiva. Este artigo analisa a experiência da Fundação João Pinheiro na condução da etapa de diagnóstico da revisão do Plano Diretor de Manhauçu, em 2022. Buscando ampliar a representatividade e a escuta qualificada, foram realizadas 11 oficinas participativas em diferentes localidades do município, com base em metodologias de avaliação participativa inspiradas no autor Esteban Tapella. A mobilização da população permitiu identificar problemas e potencialidades do território, além de destacar demandas concretas. A análise das contribuições revelou uma forte convergência em torno de questões estruturais e expectativas de mudança. Embora alcançar um grau de participação popular que efetivamente promova justiça social e reduza desigualdades estruturais permaneça um desafio, a experiência demonstrou que metodologias adequadas podem fortalecer a escuta pública e aproximar o planejamento urbano das realidades locais.

Resumo Expandido:

Os Planos Diretores são ferramentas fundamentais para o planejamento urbano e territorial, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos municípios (Brasil, 2022). O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), reforça a importância dos planos diretores ao determinar que sejam o principal instrumento da política urbana, visando cumprimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar da população (Brasil, 2001). Para que esses instrumentos reflitam as reais necessidades da população, o Estatuto da Cidade estabelece a obrigatoriedade da gestão democrática e da participação social em sua elaboração e revisão (Brasil, 2001).

Dessa forma, a participação popular, além de uma exigência legal, é essencial durante todas as fases da elaboração ou revisão do Plano Diretor municipal para construir políticas territoriais mais coerentes com as realidades locais (Brasil, 2001; 2022). O desafio, no entanto, é garantir que essa participação seja efetiva, representativa e capaz de mediar os múltiplos conflitos de interesse que existem no território (Arnstein, 1969).

Este artigo analisa a experiência da Fundação João Pinheiro (FJP) na condução de oficinas participativas com o objetivo de promover a participação popular na etapa de diagnóstico da revisão do Plano Diretor do município de Manhuaçu, Minas Gerais, em 2022. Diante do fato de que, historicamente, a participação popular na condução de planejamentos territoriais tende a ser simbólica e pouco efetiva (Arnstein, 1969), a equipe buscou ampliar e qualificar a participação social por meio de métodos de avaliação participativa baseados nas obras *Siembra y cosecha* e *Dejar huella: historias de evaluaciones que marcaron la diferencia* do autor Esteban Tapella. A premissa central das obras: "aquilo que não se pergunta, simplesmente não se vê!", (Tapella e Bilella, 2018; Tapella *et al.*, 2021) orientou um questionamento ativo e uma imersão na realidade local com o intuito de gerar um engajamento real e conhecimento sobre o território municipal.

Inicialmente, o contrato previa a realização de quatro oficinas participativas pela FJP na sede do município e 8 oficinas participativas nos distritos sob responsabilidade da prefeitura. Contudo, durante reuniões com as equipes locais, verificou-se a necessidade de ampliação da atuação da FJP na promoção do processo participativo nos distritos e na zona rural. Por meio do apoio financeiro da FAPEMIG foi possível ampliar a participação da FJP nas oficinas, incluindo a zona rural de Manhuaçu, pela sua relevância ambiental. Ao todo foram realizadas 11 oficinas participativas, abrangendo a sede municipal, sete distritos, o Conselho de Associações de Moradores de Manhuaçu e comunidades rurais.

A metodologia, testada nas duas primeiras oficinas, foi aplicada a seguir em todas as outras e estruturada em 5 momentos: no primeiro, os participantes foram recepcionados pelas equipes da FJP e da Prefeitura, com preenchimento da lista de presença e ambientação inicial. No segundo momento, houve a abertura oficial, com explicações sobre o que é o Plano Diretor e os objetivos da oficina, além da divisão dos participantes em dois grupos temáticos. O terceiro momento foi dedicado aos grupos de trabalho, nos quais se discutiram temas como meio ambiente, produção, moradia, mobilidade e serviços públicos, com registro das falas em cartões coloridos. No quarto momento, os grupos apresentaram seus resultados ao plenário e os participantes priorizaram os temas mais relevantes. Por fim, o quinto momento foi de encerramento, com espaço para falas espontâneas sobre a experiência, informações sobre os próximos passos do processo e um lanche de confraternização.

Diversas questões relevantes emergiram das oficinas. Um ponto de forte convergência entre os participantes foi o posicionamento contrário à instalação de atividades minerárias na região. Em relação a economia, os moradores destacaram a força da economia local, especialmente o papel do agronegócio, como a produção de café e outras culturas, e a presença de empresas que contribuem para a diversificação do emprego. Também cobraram

mais apoio ao fortalecimento dessas atividades e à valorização da produção local. Além disso, os participantes sugeriram formas de potencializar o turismo, enaltecendo atrativos como a Pedra do Neneu e a Serra dos Pereira, e cobraram maior apoio do poder público nesse setor. Entre as sugestões, destacam-se também a promoção de eventos culturais e a valorização da cultura local.

A preservação ambiental apareceu de forma transversal nas falas, com destaque para a necessidade de proteger nascentes e mananciais, e assegurar o equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade, principalmente nas comunidades de Realeza e Manhuaçu. Questões relacionadas à mobilidade urbana também foram pauta das oficinas, principalmente na sede do município, destacando problemas como calçadas estreitas, adensamento construtivo e dificuldades de travessia em rodovias.

No geral, a população de Manhuaçu presente nas oficinas demonstrou grande conhecimento de seu território e uma visão crítica sobre os desafios enfrentados cotidianamente. Esse engajamento resultou em um diagnóstico rico e aprofundado, conectando questões materiais, simbólicas e estruturais da vida local. A metodologia utilizada se mostrou eficaz para capturar essas diferentes dimensões, promovendo o protagonismo dos moradores na construção coletiva do diagnóstico. As informações e demandas apresentadas pela população serviram como base para a elaboração de um Plano Diretor mais alinhado com as necessidades da população e uma das grandes conquistas resultantes desse processo foi a possibilidade de interromper a instalação de atividades minerárias na região antes mesmo do Plano Diretor ser aprovado.

Conclui-se que a experiência de Manhuaçu demonstra a viabilidade e relevância da metodologia adotada pela Fundação João Pinheiro para as oficinas participativas de Planos Diretores. Ela ampliou o envolvimento da população, fortaleceu o vínculo entre governo e comunidade e possibilitou a construção de um plano mais alinhado com as realidades e expectativas locais. Ainda que o desafio de garantir a efetividade e a continuidade da participação permaneça, os resultados obtidos nesta etapa indicam caminhos promissores para um planejamento urbano mais justo, democrático e comprometido com a diversidade dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores**. Brasília, 2022. 553 p.

TAPELLA, Esteban; BILELLA, Pablo Rodríguez. **Dejar huella**: historias de evaluaciones que marcaron la diferencia. 1. ed. San Juan: Editorial UNSJ, 2018.

TAPELLA, Esteban; BILELLA, Pablo Rodríguez; SANZ, Juan Carlos; CHAVEZ-TAFUR, Jorge; ESPINOSA FAJARDO, Julia. **Siembra y cosecha**: manual de evaluación participativa. 1. ed. Bonn, Alemania: DEval, 2021.